



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO	
Comarca/Juízo: Altamira/ PA – Cartório do 2º Ofício de Altamira	
Polo/Região Judiciária: Altamira/PA	
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO	
EDITAL DE CORREIÇÃO Nº	
004/2023 - CGJ	
Data da publicação: 10/04/2023	
Data da abertura da correição: 20/06/2023	
Data do encerramento da correição: 20/06/2023	
DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: Nadyr Sandra Anchieta da Rocha	
Código Nacional da Serventia (CNS): 065698	CNPJ: 05.187.890/0001-52
Endereço: Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, 2610, Salas 04 e 05. Bairro Esplanada do Xingu. CEP 68.371-005	
Telefone fixo: 93 35154533	Celular: 91 984009753/ 91 993003414
e-mai: 2oficioatm@gmail.com cejint026@tjpa.jus.br	Celular Plantão (RCPN):
ATRIBUIÇÕES	
(x) Tabelionato de Notas (x) Tabelionato de Protesto () Registro de Imóveis (x) Registro de Títulos e Documentos	() Registro Civil das Pessoas Naturais (x) Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
Nome do(a) Responsável pelo Cartório: Nadyr Sandra Anchieta da Rocha	
Status do(a) responsável: (x) Titular () Interino(a) () Interventor(a)	CPF: 371.295.892-72
Endereço: Rua Cel. José Porfírio, 2600, apto 202, Bairro Centro	Ato de nomeação: 05/10/1988 Data da posse / exercício: 05/10/1988
Telefones: 93 35154533 91 984009753	E-mail: 2oficioatm@gmail.com sandranchieta@gmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
<input type="checkbox"/> Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: Rachel Anchieta da Rocha Nádia Tereza Anchieta da Rocha Raposo	
CPF: 735.461.192-15 629.057.402-72	Portaria de designação:
Endereço: Rua Cel. José Porfírio, 2600, apto 202, Bairro Centro	Telefones: 91 993003414 91 993196705 E-mail: rachelanchieta@gmail.com nadiarraposo@gmail.com
1	A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? <input checked="" type="checkbox"/> Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. <input type="checkbox"/> Irregular. Motivo:
PREPOSTOS	
2	Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
3	Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
4	Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	
5	As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
6	O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
7	Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:
8	Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
10	As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no Rachexpediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
17	A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
18	Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
19	Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
21	As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
22	É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
26	A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 45/2015) ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
27	Existem práticas viciosas a serem coibidas? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: Utilização de Pasta "AZ" e atos lavrados em papel A4.
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	Foi apresentado comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
29	Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: Tabela Localizada.
30	Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

31	Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
32	Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
33	Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
34	Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
35	Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “a”)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
36	Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “b”)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8 do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
37	Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “c”)? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
38	O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
39	O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
40	A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determinam os Provimentos n.ºs 74/2018 e 88/2019 (art.13) – ambos do CNJ? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

41	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
42	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema)</p> <p>(x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
43	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência)</p> <p>(X) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
44	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital?</p> <p>(Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento).</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
45	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
46	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados)</p> <p>(x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
47	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça?</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
48	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação)</p> <p>(X) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
49	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ)</p> <p>(<input type="checkbox"/>) SIM (X) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

50	Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
51	A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
52	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
53	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
CERTIDÕES NEGATIVAS	
54	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI? () SIM () NÃO (x) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
55	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? () SIM () NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
57	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
58	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
59	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

60	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
61	Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
62	Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; () SIM () NÃO (x) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (APENAS TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS)	
63	O notário ou registrador tem, dentre seus prepostos, um nomeado como oficial de cumprimento regularmente registrado no Justica Aberta?" (CNJ, Provimento 88/2019, art. 8º, caput e § 4º) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
64	Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 15, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
65	O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 17) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
66	O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 41) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
67	O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 9º, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
68	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 1º do Prov. n. 88/2019, CNJ ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
69	O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 2º do Prov. n. 88/2019, CNJ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências:
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	
70	A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

71	<p>Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe? () classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre) () classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre) (x) classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre) OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça</p> <p>Possui rede elétrica devidamente aterrada? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Link de comunicação de dados megabits: * () 2 Megabits () 5 Megabits (x) 10 Megabits () Mais de 10 Megabits Observação:</p> <p>Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui dispositivo de armazenamento (storage): () inexistente (x) físico (x) virtual Observação:</p> <p>Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)? (x) SIM () NÃO Observação: Nuvem da extradigital</p> <p>Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui impressoras e scanners (multifuncionais)? (x) SIM () NÃO Quantos? (especificar) Observação:</p> <p>Possui switch para a conexão de equipamentos internos? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui roteador para controlar conexões internas e externas? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui softwares licenciados para uso comercial? (x) SIM () NÃO. Especificar Observação:</p> <p>Possui software antivírus e antissequestro? (x) SIM () NÃO Observação:</p>
-----------	--



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p>Possui firewall? (x) SIM () NÃO Observação: Acabaram de adquirir o equipamento, tendo sido apresentada a Nota fiscal de aquisição no valor de R\$ 4.200,00</p> <p>Possui proxy? (x) SIM () NÃO Observação: Acabaram de adquirir o equipamento, tendo sido apresentada a Nota fiscal de aquisição no valor de R\$ 4.200,00</p> <p>Possui banco de dados? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação:</p>
PROVIMENTO CNJ 134/2022 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (arts. 10 e 17 do Provimento CNJ 134/2022)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:</p>
76	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – SERP (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	
77	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - TABELIONATO DE PROTESTOS

TABELIONATO DO PROTESTO DE TÍTULOS	
1	Os títulos e documentos de dívida recepcionados, apresentados ou distribuídos no horário regulamentar são protocolizados dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, obedecendo à ordem cronológica da entrega (art. 8º da Lei 94374/97)? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Os protestos são registrados no prazo legal, sendo o respectivo instrumento entregue ao apresentante com as informações exigidas pelo art. 20 da Lei 9437/97? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	As importâncias referentes a títulos resgatados são imediatamente entregues a quem de direito (1º dia útil subsequente ao pagamento)? (x) SIM () NÃO: Observações/Providências.
4	O registro do protesto e seu instrumento contêm todos os requisitos legais, consoante o disposto no art. 22 da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	Os documentos que instruem os atos praticados são mantidos em arquivo, consoante o disposto no art. 35 da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	O Livro de Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações previstas no art. 32 da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	A escrituração do livro de Protocolo é encerrada diariamente, constando do termo de encerramento o número de documentos apresentados no dia, sendo a data da protocolização a mesma do termo diário do encerramento, consoante o disposto no art. 32, parágrafo único, da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	O Livro de Registros de Protestos existe (na forma física ou por meio eletrônico, art. 35, §2º, da Lei Federal 9.492/97) e sua escrituração está formalmente regular? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	É exigido o reconhecimento de firma nas declarações de anuência para cancelamentos de registro de protesto, conforme o disposto no art. 26, §1º, da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	Os cancelamentos de registro de protesto encontram-se devidamente assinados pelo Tabelião Titular, seus Substitutos ou Escreventes Autorizados, conforme art. 26, §5º, da Lei Federal 9.492/97? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração dos índices a que se refere o art. 34 da Lei Federal 9.492/97, podendo ser elaborados pelo sistema de fichas, microfichas ou banco eletrônico de dados? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	A localização dos registros de protestos e seu cancelamento nos índices são feitos de forma rápida e confiável? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	As intimações são feitas de modo que o recebimento fique assegurado e comprovado por meio de protocolo, aviso de recebimento – AR ou documento equivalente? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

14	São mantidos devidamente arquivados os mandados judiciais de sustação de protesto, com os respectivos documentos, até o trânsito em julgado da respectiva lide? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
15	O tabelião cumpre o art. 42 do Prov. CNJ n. 88/2019, o qual estabelece que “Não se negará a realização de um ato registral ou protesto por falta de elementos novos ou dados novos, estipulados no presente Provimento, caso o título tenha sido perfectibilizado em data anterior a sua vigência”? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao acesso às informações sobre quaisquer protestos válidos lavrados pelos Tabeliães de Protesto de Títulos dos Estados ou do Distrito Federal? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à consulta gratuita às informações indicativas da existência ou inexistência de protesto, respectivos tabelionatos e valor? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
18	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de informação complementar acerca da existência de protesto e sobre dados ou elementos do registro, quando o interessado dispensar a certidão? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
19	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico? (CNJ, Prov. n. 87/2019) (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de declaração eletrônica de anuência para fins de cancelamento de protesto? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
21	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de requerimento eletrônico de cancelamento de protesto? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
22	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de títulos e documentos de dívida, em meio eletrônico, para fins de protesto, encaminhados por órgãos do Poder Judiciário, procuradorias, advogados e apresentantes cadastrados? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
23	Existem pendências na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto - CENPROT quanto à recepção de pedidos de certidão de protesto e de cancelamento e disponibilização da certidão eletrônica? (CNJ, Prov. n. 87/2019) () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
24	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS ARQUIVOS DA SERVENTIA			
Matéria	O arquivo existe?	O arquivo é organizado?	A Localização de documentos noarquivo é feita com rapidez e confiabilidade?
Intimações	(x) sim () não	(x) sim () não	(x) sim () não
Editais	(x) sim () não	(x) sim () não	(x) sim () não
Documentos apresentados para averbação no Registro de Protestoe ordem de cancelamento	(x) sim () não	(x) sim () não	(x) sim () não
Mandados e Ofícios Judiciais	(x) sim () não	(x) sim () não	(x) sim () não
Solicitações de Retirada de Documentos pelo Apresentante	(x) sim () não	(x) sim () não	(x) sim () não
Comprovantes de Entrega de Pagamentos aos Credores	(x) sim () não	(x) sim () não	(x) sim () não
Comprovantes de Devolução de Documentos irregulares de Dívida	() sim () não	() sim () não	() sim () não
Pedidos de Certidão	(x) sim () não	(x) sim () não	(x) sim () não

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - RTD/RCPJ

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOSE CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS	
1	O Livro "A" Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o art. 135 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Na escrituração do Livro "A" Protocolo são observados todos os requisitos previstos art. 146 da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	3. A escrituração do Livro "A" Protocolo é encerrada diariamente, consoante o disposto no art. 150, parágrafo único e art. 154 da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO Observações/Providências:
4	São mantidos em arquivo todos os documentos relacionados aos atos de seu ofício?(x) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	São anotadas no Livro de Protocolo, depois de concluídos os lançamentos nos livros respectivos, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, no livro respectivo, conforme previsto nos art. 135, parágrafo único, c/c art. 149, ambos da Lei Federal nº 6.015/73? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do art. 1.150 do Código Civil? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	Nos casos de documento que contenha obra intelectual, o usuário é orientado a proceder ao registro na forma dos arts. 17 a 20 da Lei Federal 5.988/73, para garantia dos direitos sobre a respectiva propriedade? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

8	São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no art. 160, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
9	É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D” Indicador Pessoal (art. 132, inciso IV, e art. 138 da Lei Federal 6.015/73)? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
10	Na escrituração do “Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias” são observados todos os requisitos previstos nos arts. 122, 123 e 126 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no art. 120 da Lei Federal 6.015/73? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	Todos os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados, são arquivados e encadernados por períodos certos (mês, bimestre, trimestre, semestre, ano), acompanhados de índice que facilite a busca e o exame? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	A serventia possui todos os livros próprios das atribuições de RTD/RCPJ, cf legislação em vigor? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto ao intercâmbio de documentos eletrônicos e de informações? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
15	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção e o envio de títulos em formato eletrônico? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
16	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a expedição de certidões e a prestação de informações? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a formação de repositórios registrais eletrônicos para o acolhimento de dados e o armazenamento de documentos? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
18	Existem pendências na central de serviços eletrônicos compartilhados quanto a recepção de títulos em formato físico para fins de inserção no próprio sistema e envio para cartório de outra comarca? (Prov. CNJ 48/2016 e alterações) () SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
19	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório de correção realizada no ano anterior? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS			
Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
LIVRO A	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
LIVRO B	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS				
Livro	Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
A	Protocolo	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
B	Registro Integral	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
C	Inscrição	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não
D	Indicador Pessoal	[] sim [x] não	[] sim [x] não	[x] sim [] não

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	1. A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
2	Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
3	Mantém fichário de cartões de autógrafo? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
4	No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
5	É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
6	Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
7	O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
8	Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
9	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 100/20-CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 12 do Provimento 100/20-CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
11	Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 18/2012 e nº 56/2016 do CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
12	Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
13	O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
14	O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 100) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
15	Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
16	O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 31, § 3º) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
17	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
18	Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
19	A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
20	Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (X) NÃO Observações/Providências:
21	É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

22	É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
23	Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
24	A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:
25	Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 19/06/2023 Observações/Providências:
26	Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correção realizada anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA

Matéria	Há folhas em branco?	Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido?	As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas?
Escrituras	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Atas Notariais	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Procurações	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Livro de Registro de Assinatura de Reconhecimento de Firma Autêntica	[] sim [X] não	[] sim [X] não	[X] sim [] não
Índice	[] sim [X] não [] inaplicável	[] sim [X] não [] inaplicável	[X] sim [] não [] inaplicável

OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 2º Ofício Altamira (CSN 06.569-8), ocorreu no dia 20 de junho de 2023.

A serventia encontra-se provida, tem como Titular a Dra. Nadyr Sandra Anchieta da Rocha e possui as atribuições de Tabelionato de Notas, Tabelionato de Protesto, Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas.

A equipe de correição foi recebida pela Dra. Rachael Anchieta da Rocha, Oficial Substituta, bacharel em direito. Foi relatado que a Titular do serviço está enfrentando problemas de saúde, teve uma isquemia temporária, e não pode viajar de avião para evitar coágulos, razão pela qual ela fica em Belém.

A serventia observa a jornada de 08:00 às 17:00, em sistema de revezamento para almoço. Como a serventia não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

possui a atribuição de Registro Civil de Pessoas Naturais não funciona em regime de plantão.

Em correição, foram apresentados os seguintes documento, Decreto de Nomeação da Oficial Registradora/Tabeliã; pastas contendo as fichas individualizadas dos prepostos e o horário de trabalho em formulário próprio, bem como os atos de nomeação das Oficiais Substitutas e das Escreventes Autorizadas.

As instalações da serventia apresentam bom estado de conservação. O mobiliário é ergonômico. O prédio possui rampa de acesso para os cadeirantes. O espaço destinado à recepção dos usuários dos serviços é todo climatizado, sendo disponibilizado bebedouro e cadeiras suficientes para atender a demanda, são distribuídas senhas eletrônicas específicas para as prioridades, que são atendidas em guichê próprio.

Questionada sobre o Alvará de Funcionamento do Corpo de Bombeiros e/ou Prefeitura, a Oficial Substituta informou que a serventia não possui.

A Tabela de Emolumentos encontra-se fixada em quadro de fácil visualização pelos usuários do serviço. O recibo discriminando os emolumentos percebidos são fornecidos independentemente de solicitação, sendo automatizado.

A Oficial Substituta afirmou ter encaminhado as dúvidas por meio físico ao Fórum, porém ainda não tinha obtido resposta até o momento da correição. Ela foi orientada a suscitar dúvida via PJE.

Em correição, verificou-se que a serventia adota como padrão o livro de folhas soltas, fazendo uso, para tanto, de pastas tipo "AZ". Esse procedimento demonstra-se absolutamente inadequado, pois o manuseio de documentos de tal importância em pastas dessa natureza provocam a deteriorização das folhas, pondo, assim, em risco a preservação e segurança dos atos neles lavrados.

Diante de tal situação, foi vedado o uso de pastas do tipo "AZ" para efeito de armazenamento dos atos lavrados, foi determinado à Oficial Substituta providenciar a encadernação com a costura dos livros ou a utilização de livros próprios para essa finalidade.

Observou-se ainda a utilização de papel A4 de gramatura muito fina, o que contribui para o desgaste e deteriorização das folhas. A Oficial Substituta afirmou ter passado a utilizar papel moeda padrão para lavratura de procurações, ocasião em que foi determinado o uso de papel adequado. A utilização de papel A4 simples, em pastas AZ configuram absoluta falta de conformidade com as disposições do código de normas, configurando falta que deve ser incontinenti sanada.

A Oficial Substituta não apresentou comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia.

Os livros são organizados de forma vertical, o que não é recomendável, pois em virtude do peso eles vão se deteriorando com o passar do tempo. A Oficial Substituta foi orientada a reestruturar o arquivo de modo a mantê-los na horizontal, como forma de garantir a longevidade dos livros, por conseguinte, a conservação e segurança jurídica dos atos neles lavrados.

A serventia utiliza o sistema Extrajudicial, no qual é feito diariamente o backup em nuvem, bem como disponibiliza a ferramenta antisequestro. Também é realizado backup no servidor e em HD externo.

A serventia possui Livro de Controle de Depósito Prévio, bem como Livro Diário Auxiliar de Receita e Despesa, sendo possível proceder a identificação do ato lavrado nesse último.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

O sistema Extrajudicial foi instalado na serventia em 2020, a partir de então os atos notariais e registrais passaram a ter conteúdo eletrônico, entretanto, os atos pretéritos ainda encontram-se pendentes de tal providência.

Embora a serventia possua a atribuição de tabelionato de notas, praticamente não realiza atos de escritura, limitando-se a lavratura de procurações e substabelecimentos. No ano de 2023, foi lavrada apenas uma única escritura pública, na qual já consta a impressão do selo digital no final do ato, em consonância com os termos do art. 149 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará

Os atos selados digitalmente são remetidos 02 (duas) vezes ao dia para o sistema de informação do TJPA, em desconformidade com o disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, eis que a remessa deve ser feita imediatamente após a conclusão daqueles.

Em consulta ao Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, verificou-se a existência 26 (vinte e seis) selos físicos pendentes de declaração de prestação de contas.

A Oficial Substituta afirmou que havendo necessidade solicita autorização do Setor de Arrecadação para proceder ao cancelamento dos selos, ocasião em que foi orientada a solicitar a retificação ou cancelamento de selos mediante Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial, consoante os termos do art. 157-B do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, introduzido pelo Provimento n. 02/2023 – CGJ.

Realizada a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE, verificou-se que o site do TJPA responde lentamente, sendo necessário instar a Secretaria de Informática para resolver essa situação.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, a serventia está em débito em relação ao recolhimento das taxas de fiscalização FRJ eFRC.

A Oficial Substituta deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal, sob a justificativa de que há uma contenda judicial.

A Oficial Substituta apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, bem como Guia de Recolhimento do FGTS, entretanto, deixou de apresentar cópia da última Guia da Previdência Social e Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais.

Em relação à política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, que passou a ser disciplinada pelo Provimento n. 149/2023 – CNJ, a Oficial Substituta foi nomeada como Oficial de Cumprimento.

Como anteriormente relatado, a serventia raramente pratica atos de escrituras, tendo ocorrido uma única vez comunicação ao COAF.

A Oficial Substituta assegurou que comunica à Corregedoria local sobre a existência ou inexistência de proposta suspeita passível de comunicação ao COAF.

A Oficial Substituta afirmou ter conhecimento sobre a obrigação de atender às requisições formuladas pelo COAF e pelo CNJ, porém até aquele momento não recebeu qualquer demanda nesse sentido.

Assim como, garantiu manter em sistema o cadastro das pessoas físicas e jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

elencados no art. 145, §§ 1º e 2º, do Provimento n. 149/2023 – CNJ, que passou a disciplinar a matéria.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ.

Em relação ao Provimento n. 10/2021 – CGJ e ao Provimento n. 134/2022 – CNJ - Tratamento e Proteção dos Dados Pessoais – LGPD, a Oficial Substituta foi indicada como Encarregada para essa finalidade.

A serventia contratou a empresa “Cartórios LGPD”, tendo firmado um Termo de Adesão e apresentado um esquema de iniciativas com a rubrica de “implantado”, segundo a assessoria contratada.

A serventia mantém política de privacidade que descreve os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade, conforme apresentado de forma impressa em correição.

A disponibiliza formulário para terceiros solicitarem certidões.

Em correição, verificou-se que a serventia não está integrada tecnologicamente ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Protesto, realizada a análise no Livro Protocolo n. 020, verificou-se a existência de todos os requisitos previstos no art. 32 da Lei n. 9.492/97, inclusive é encerrado diariamente, conforme determina o parágrafo único do citado dispositivo legal. As folhas são impressas e colocadas pastas.

Realizada a consulta na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto – CENPROT, verificou-se a existência de pendências em relação ao fornecimento de instrumento de protesto por meio eletrônico.

Quanto ao serviço de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, em consulta ao Livro Protocolo, verificou-se que até 29/04/2013, não faziam constar o nome do apresentante do título, porém tal inconsistência foi sanada a partir dessa data; que o referido livro não é encerrado diariamente, conforme determina o art. 154 da Lei n. 6.015/1973 e raramente são feitas as remissões determinadas no art. 135, parágrafo único c/c art. 149, da Lei n. 6.015/1973.

A Oficial Substituta afirmou não ter realizado qualquer escrituração de matrículas, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, até o momento da correição.

Em consulta à Central de Serviços Eletrônicos Compartilhados, não se constatou a existência de pendências.

Realizada a análise, por amostragem, no Livro A n. 43 (PJ), verificou-se a existência de folhas em branco, tais como, folhas 118/123, 144/151 e 177/203. Assim como, realizada a análise, por amostragem, no Livro B n. 43 (RTD), verificou-se a existência de folhas em branco, tais como, 18/27 e 30/44. Também verificou-se que entre as folhas 44 e 45, há uma folha em branco, sem numeração, ou seja, pulou-se uma folha.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia mantém fichário de cartões de autógrafos, tanto físico como eletrônico.

No casos de reconhecimento por autenticidade, a serventia possui livro de assinaturas, porém há intenção de instalação do sistema de identificação biométrica.

Realizada a análise, por amostragem, no Livro Escritura Pública n.14, Folhas 20, Termo 1677 (Declaração de União Estável), datada de 15/01/2013, constatou-se a ausência das assinaturas dos declarante, porém não foi tornada sem efeito.

Em correição, verificou-se que falta de rubrica de todos os intervenientes nos atos lavrados, sendo necessário corrigir essa prática.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Como a serventia utiliza pasta "AZ", não são lavrados Termos de Encerramento, tampouco os livros são encadernados, foi determinado à Oficial Substituta sanear tais irregularidade, como forma de garantir a preservação e segurança dos atos.

A serventia está integrada ao Sistema de Atos Notariais Eletrônicos – e-Notariado, nos termos do Provimento n. 149/2023 – CNJ, que passou a disciplinar a matéria, entretanto, nunca utilizaram o sistema.

A serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do Provimento n. 149/2023 – CNJ, que passou a disciplinar a matéria.

A Oficial Substituta afirmou nunca ter utilizado o Cadastro Único de Clientes do Notariado, tendo sido orientada a realizar previamente o cadastro de todos os envolvidos, na hipótese de utilizar o sistema.

Em consulta à Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC, constatou-se a existência de pendências. O Tabela Interino foi orientando à regularizar tal situação, em observância ao Provimento n. 149/2023 – CNJ, que passou a disciplinar a matéria.

A serventia efetua consulta ao Banco de Dados da Central de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código hash, em cumprimento aos arts. 7º e 14 do Provimento n. 39 – CNJ.

A Tabela Substituta afirmou não ter formalizado Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, nos últimos 03 (três) meses.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

- 01.** Apresentar Alvará de Funcionamento ou dispensa pelo Corpo de Bombeiro (item 09). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 02.** As dúvidas devem ser encaminhadas à Juíza Corregedora Permanente da Comarca via PJE, (item 25). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 03.** Suspender imediatamente o uso de pasta tipo "AZ" para o armazenamento de folhas soltas, devendo providenciar a encadernação com costura ou a utilização de livros próprios para essa finalidade (item 26). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 04.** Utilizar papel moeda padrão em todos os atos de Notas e RTDPJ, a fim de garantir a autenticidade, uniformidade e segurança jurídica dos atos praticados (item 26). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 05.** Apresentar os comprovantes de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas (item 28). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 06.** Reestruturar o arquivo da serventia, de modo que os livros sejam organizados na forma horizontal (item 30). **PRAZO: 30 DIAS.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- 08.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correccional, a fim de promover o registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e de registro, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 40). **PRAZO: 60 DIAS.**
- 09.** Realizar a prestação de contas dos 26 (vinte e seis) selos pendentes de tal providência (item 48). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 10.** Apresentar comprovante de recolhimento das taxas de fiscalização FRJ e FRC (item 55). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 11.** Apresentar comprovante da contenda judicial (item 56). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 12.** Apresentar cópia da Guia da Previdência Social - GPS (item 58). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 13.** Apresentar Certidão relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF da Delegatária e pelo CNPJ da serventia (item 61). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 14.** Dar ampla divulgação dos fluxos e processos de proteção de dados ao público (item 75). **PRAZO: 30 DIAS.**
- 15.** Providenciar a integração ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP, devendo comunicar este Órgão Correccional tão logo o faça (item 77). **PRAZO: IMEDIATO.**

RELATÓRIO DE TABELIONATO DE PROTESTO:

- 01.** Regularizar as pendências existentes na Central Nacional de Serviços Eletrônicos dos Tabeliães de Protesto – CENPROT, quanto ao fornecimento de instrumentos de protesto em meio eletrônico (item 19). **PRAZO: 60 DIAS.**

RELATÓRIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIS DAS PESSOAS JURÍDICAS:

- 01.** O protocolo deve ser encerrado diariamente, conforme determina o parágrafo único, do art. 150, da Lei n. 6.015/1973 (item 3). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 02.** Colocar carimbo “em branco” nos versos das folhas - Livro A n. 43 (PJ), folhas 118/123, 144/151 e 177/203 e em todas as demais em situação parecida. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 03.** Colocar carimbo “em branco” nos versos das folhas - Livro B n. 43 (RTD), folhas 18/27 e 30/44 e em todas as demais em situação parecida. **PRAZO: IMEDIATO.**
- 04.** Colocar carimbo “em branco” na folha existente entre as folhas 44 e 45 e em todas as demais em situação parecida. **PRAZO: IMEDIATO.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:

- 01.** Tornar sem efeito Escritura Pública de União Estável – Livro n. 14, Folha 20, Termo 1677 (item 06). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 02.** Passar a adotar a prática de todos os intervenientes rubricarem as páginas dos atos lavrados (Item 07). **PRAZO: IMEDIATO.**
- 03.** Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de sanar a remessa de informações à CENSEC, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 11). **PRAZO: 120 DIAS.**
- 04.** Regularizar as pendências existentes na Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC (itens 17). **PRAZO: 120 DIAS.**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Decreto de Nomeação da Oficial Registradora/Tabeliã

Anexo II – Atos de Nomeação da Escrevente Substituta

Anexo III – Atos de Nomeação das Escreventes Autorizadas.

Anexo IV – Certidão Negativa de Débitos Estaduais

Anexo V – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Anexo VI – FGTS.

Anexo VII – Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176
Dados: 2023.10.11 11:27:07
-03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Corregedor da CGJ

MONICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA:57778698234
Assinado de forma digital por MONICA
CRISTINA DE AZEVEDO HONDA:57778698234
Dados: 2023.10.11 14:38:24 -03'00'

MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA

Assessora Jurídica da CGJ